

FUNDAÇÃO SIMBÓLICA E RACIONALIDADE DISCURSIVA NA FALA DE JUSCELINO KUBITSCHKE NA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA

SYMBOLIC FOUNDATION AND DISCURSIVE RATIONALITY IN JUSCELINO KUBITSCHKE'S SPEECH AT THE INAUGURATION OF BRASÍLIA

Ibiraci de Alencar Chagas

Universidade Estadual de Feira de Santana (Brasil)
alencar.academicus@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1693-2465>

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Universidade Federal de Sergipe (Brasil)
iazevedo@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0000-0002-5293-0168>

RECIBIDO: 09/02/2026

ACEPTADO: 03/05/2026

RESUMO

Este artigo analisa o pronunciamento de Juscelino Kubitschek na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, a partir da Problematologia de Michel Meyer. Parte-se da hipótese de que a fala presidencial se estrutura como resposta a um problema político e simbólico específico: a necessidade de legitimar histórica e simbolicamente a transferência da capital para o interior do país em um contexto marcado por controvérsias e resistências. Metodologicamente, o estudo mobiliza categorias operatórias derivadas do diálogo entre a Problematologia e o corpus analisado, entre as quais se destacam problema retórico-discursivo, resposta discursiva, fechamento do problemático, naturalização simbólica e fundação simbólica. A análise demonstra que o pronunciamento converte a controvérsia em prova de maturidade histórica, apresenta a decisão como necessidade histórica, reorganiza a temporalidade nacional, neutraliza o dissenso por meio da construção de um consenso afetivo e legitima a decisão pela autoridade presidencial. No plano simbólico, Brasília é construída como centro integrador do território, síntese identitária da nação e expressão de uma vocação histórica projetada para o futuro. Conclui-se que a eficácia discursiva do pronunciamento decorre da capacidade de estabilizar uma resposta e reduzir a visibilidade das alternativas concorrentes, transformando uma decisão historicamente contingente em fundamento relativamente naturalizado da inteligibilidade nacional.

Palavras-chave: discurso político, problematologia, fundação simbólica, Brasília, Juscelino Kubitschek.

ABSTRACT

This article examines Juscelino Kubitschek's inaugural speech delivered at the inauguration of Brasília on April 21, 1960, through the theoretical framework of Michel Meyer's Problematology. The study is based on the hypothesis that the presidential address functions as a response to a specific political and symbolic problem: the need to provide historical and symbolic legitimacy to the transfer of Brazil's capital to the country's interior amid significant political controversy and resistance. Methodologically, the analysis employs operational categories developed through a dialogue between Problematology and the corpus, including rhetorical-discursive problem, discursive response, closure of the problematic, symbolic naturalization, and symbolic foundation. The findings show that the speech transforms controversy into evidence of historical maturity, presents the decision as a historical necessity, reorganizes national temporality, neutralizes dissent through the construction of affective consensus, and legitimizes the decision through presidential authority. On the symbolic level, Brasília is constructed as an integrating territorial center, an identity synthesis of the nation, and the expression of a historical vocation projected into the future. The study concludes that the speech's discursive efficacy lies in its capacity to stabilize a response and reduce the visibility of competing alternatives, transforming a historically contingent decision into a relatively naturalized foundation of national intelligibility.

Keywords: political discourse, problematology, symbolic foundation, Brasília, Juscelino Kubitschek.

RESUMEN

Este artículo analiza el discurso pronunciado por Juscelino Kubitschek durante la inauguración de Brasília, el 21 de abril de 1960, desde la perspectiva de la Problematología de Michel Meyer. Se parte de la hipótesis de que el discurso presidencial se organiza como respuesta a un problema político y simbólico específico: la necesidad de legitimar histórica y simbólicamente el traslado de la capital al interior del país en un contexto marcado por controversias y resistencias. Metodológicamente, el estudio emplea categorías operativas elaboradas a partir del diálogo entre la Problematología y el corpus analizado, entre ellas problema retórico-discursivo, respuesta discursiva, cierre de lo problemático, naturalización simbólica y fundación simbólica. El análisis demuestra que el discurso transforma la controversia en prueba de madurez histórica, presenta la decisión como necesidad histórica, reorganiza la temporalidad nacional, neutraliza el disenso mediante la construcción de un consenso afectivo y legitima la decisión a través de la autoridad presidencial. En el plano simbólico, Brasília es construida como centro integrador del territorio, síntesis identitaria de la nación y expresión de una vocación histórica proyectada hacia el futuro. Se concluye que la eficacia discursiva del pronunciamiento deriva de su capacidad para estabilizar una respuesta y reducir la visibilidad de las alternativas concurrentes, transformando una decisión históricamente contingente en fundamento relativamente naturalizado de la inteligibilidad nacional.

Palabras clave: discurso político, problematología, fundación simbólica, Brasília, Juscelino Kubitschek.

INTRODUÇÃO

O pronunciamento de Juscelino Kubitschek, doravante JK, por ocasião da inauguração de Brasília, proferido em 21 de abril de 1960, constitui um acontecimento discursivo de elevada densidade histórica e simbólica. Mais do que acompanhar a fundação material de uma nova capital, a fala presidencial participa ativamente da instituição de um sentido para esse acontecimento, convertendo a realização de uma obra política em marco interpretativo da trajetória nacional. Trata-se, assim, de um discurso que não apenas celebra a inauguração da nova capital, mas funda simbolicamente uma interpretação desse acontecimento, ao articular decisão política, narrativa histórica e projeção de futuro em uma mesma cena enunciativa.

O problema central que orienta este artigo consiste em compreender de que modo essa fundação se constrói no plano discursivo. Interessa examinar como o pronunciamento de JK opera a legitimação histórica da nova capital, estabilizando sentidos, reorganizando temporalidades e redefinindo a espacialidade nacional. Parte-se da hipótese de que o pronunciamento se estrutura como resposta a um problema político e retórico específico: a necessidade de conferir unidade simbólica e legitimidade histórica a um empreendimento marcado por elevado custo material e forte contestação política, reinscrevendo-o em uma narrativa de integração nacional e projeção coletiva. Nesse processo, a fundação de Brasília tende a ser apresentada não como resultado contingente de uma escolha governamental, mas como acontecimento dotado de coerência interna e valor simbólico durável.

Este estudo integra uma linha de investigação dedicada às relações entre discurso político, legitimação simbólica e construção retórica de respostas historicamente estabilizadas. O interesse central dessa agenda consiste em compreender como pronunciamentos associados a momentos decisivos da vida política transformam questões abertas, controvérsias e alternativas concorrentes em narrativas de necessidade histórica¹. A escolha do discurso inaugural de Brasília decorre precisamente do fato de que ele constitui um caso exemplar desse processo, permitindo observar, em situação de elevada densidade simbólica, os mecanismos pelos quais uma decisão política contingente é progressivamente reinscrita como fundamento legítimo da memória nacional e da inteligibilidade histórica do país. É nesse horizonte que a Problematologia de Michel Meyer se mostra particularmente fecunda, uma vez que permite examinar a relação entre os problemas que estruturam o campo do sentido e as respostas discursivas que procuram estabilizá-lo.

Partindo da concepção meyeriana segundo a qual o par questão-resposta constitui a unidade fundamental da razão, compreende-se o pronunciamento como resposta a uma questão política e simbólica que estrutura o campo do sentido. A escolha da Problematologia como referencial teórico precede a análise do corpus e decorre de sua pertinência para o exame de discursos fundacionais marcados por controvérsia política. Partiu-se da hipótese de que a eficácia simbólica do pronunciamento dependeria menos da força de argumentos isolados do que da capacidade de reorganizar o campo do questionável, aspecto central da abordagem meyeriana. A análise do corpus confirmou a pertinência dessa escolha e permitiu refinar as categorias operatórias mobilizadas neste estudo.

1 “Necessidade histórica” designa o efeito discursivo pelo qual acontecimentos ou decisões historicamente contingentes são apresentados como inevitáveis ou exigidos pelo curso da história.

A análise de pronunciamentos associados a acontecimentos fundadores ou de alta densidade simbólica possui tradição consolidada nos estudos retóricos contemporâneos. Em diferentes perspectivas teóricas, esses trabalhos têm demonstrado que determinados discursos não apenas acompanham processos políticos e institucionais, mas participam ativamente da constituição simbólica das coletividades às quais se dirigem, contribuindo para a estabilização de identidades, valores compartilhados e narrativas históricas duráveis.

Nessa direção, Campbell e Jamieson (1990) observam que discursos proferidos em momentos decisivos da vida política exercem função constitutiva ao organizar interpretações do passado, orientar expectativas futuras e conferir inteligibilidade coletiva a acontecimentos de elevada densidade simbólica.

Em diálogo com essa tradição, McGee (1980) e Charland (1987) contribuíram para compreender os mecanismos discursivos pelos quais acontecimentos politicamente relevantes adquirem eficácia constitutiva. Para McGee, determinadas representações ideográficas funcionam como operadores de legitimação coletiva ao articular memória, identidade e ação política. Para Charland, a retórica participa da própria constituição discursiva das identidades políticas, fazendo da coletividade não apenas destinatária, mas também efeito simbólico da enunciação. Tais contribuições ajudam a compreender como discursos associados a momentos fundadores não apenas interpretam acontecimentos, mas também produzem os sujeitos coletivos em nome dos quais esses acontecimentos passam a adquirir sentido histórico.

No contexto latino-americano, Dagatti (2012) destaca o papel dos discursos presidenciais na legitimação de projetos políticos e na elaboração simbólica de narrativas nacionais, evidenciando como intervenções públicas contribuem para transformar decisões governamentais e acontecimentos em referências duradouras da memória coletiva. Sua abordagem reforça a compreensão dos pronunciamentos presidenciais como instâncias privilegiadas de produção simbólica da legitimidade política.

Sem desconsiderar as contribuições dessa tradição, o presente artigo propõe um deslocamento analítico específico. Em vez de privilegiar a constituição do sujeito político, a circulação de valores coletivos ou a produção de identidades nacionais, a análise concentra-se na relação entre questão e resposta tal como formulada pela Problematologia de Michel Meyer. Nessa perspectiva, o pronunciamento inaugural de Juscelino Kubitschek é examinado como resposta a um problema político e simbólico cuja eficácia discursiva decorre da capacidade de reorganizar o campo do questionável. A contribuição do estudo consiste em articular a problemática dos discursos fundacionais à concepção problematológica da argumentação, examinando a fundação simbólica de Brasília como processo de estabilização discursiva pelo qual uma decisão historicamente contingente passa a operar como pressuposto relativamente naturalizado da inteligibilidade nacional. Embora o pronunciamento inaugural de Brasília já tenha sido abordado sob perspectivas históricas, urbanísticas e político-simbólicas, não foram identificados estudos que o examinassem sistematicamente a partir da articulação entre discursos fundacionais e Problematologia.

No âmbito dos estudos dedicados especificamente a Brasília, diferentes autores têm destacado aspectos centrais da construção simbólica da nova capital. Holston (1989), por exemplo, examinou suas implicações antropológicas e os significados associados ao projeto modernizador inscrito na cidade, enquanto Lessa (2000), ao refletir sobre a centralidade histórica do Rio de Janeiro na formação nacional, contribui para compreender os efeitos simbólicos produzidos pelo deslocamento do centro político do país. Sem pretender retomar diretamente essas problemáticas, o presente estudo toma esse horizonte como pano de fundo para concentrar-se no funcionamento discursivo do pronunciamento inaugural de Juscelino Kubitschek.

1. COORDENADAS ANALÍTICAS E COMPOSIÇÃO DO CORPUS

1.1. O discurso inaugural de Brasília em perspectiva histórica

A fundação de Brasília não pode ser compreendida apenas como um acontecimento circunscrito ao ano de 1960, mas deve ser situada em uma trajetória histórica duradoura, associada ao ideal de interiorização do poder político e à integração do território nacional (Vieira, 2005). Desde o período imperial, a transferência da capital para o interior figurou como projeto recorrente no pensamento político brasileiro, reaparecendo em diferentes momentos como solução simbólica e estratégica para os problemas da centralização litorânea, da ocupação territorial e da construção de uma identidade nacional menos dependente do passado colonial. Ao longo da Primeira República, essa ideia foi reiterada em planos, debates e dispositivos constitucionais, ainda que permanesse, por décadas, como promessa não realizada (Gomes, 2008).

Nesse sentido, a inauguração de Brasília atualiza uma expectativa histórica reiteradamente formulada ao longo da história brasileira e condensa significados que ultrapassam a materialidade da obra urbana. A nova capital apresenta-se como resposta a um problema persistente da história política nacional: a articulação entre território, poder e projeto de país. Essa dimensão histórica ajuda a compreender por que o pronunciamento inaugural assume a forma de um gesto fundador e não de simples registro administrativo.

O pronunciamento de JK ocorre em uma conjuntura política marcada por forte polarização em torno da construção da nova capital. Embora integrada ao Plano de Metas² e apresentada pelo governo como eixo estratégico do projeto desenvolvimentista, Brasília esteve longe de constituir um consenso político ou social. Desde o anúncio da obra, o empreendimento mobilizou resistências significativas em distintos setores da vida pública brasileira, que questionavam tanto sua viabilidade econômica quanto seu significado político³.

Entre as forças contrárias, destacavam-se segmentos da oposição parlamentar, setores da imprensa e parcelas das elites políticas e econômicas sediadas no antigo Distrito Federal, que questionavam os custos da obra, seus efeitos econômicos e o significado político da transferência da capital. A construção de Brasília chegou a ser interpretada como tentativa de afastar o centro decisório dos espaços tradicionais de pressão política, reforçando a percepção de que a nova capital constituía não apenas uma obra urbanística, mas um gesto político de grande alcance. Como observa Skidmore (1982, p. 454, n. 11), muitos círculos tradicionais criticavam amargamente a construção de Brasília, especialmente no Rio de Janeiro, enquanto outros questionavam a destinação dos recursos empregados na obra. Para o historiador, tais críticas tendiam a desconsiderar a possibilidade de que a transferência da capital para o interior pudesse produzir uma transformação simbólica da mentalidade nacional.

2 O Plano de Metas constituiu o principal programa desenvolvimentista do governo JK, articulando modernização econômica, expansão infraestrutural e integração territorial.

3 A construção de Brasília ocorreu sob forte oposição da UDN, que criticava os custos, os métodos de execução e as implicações políticas do projeto, chegando a apoiar iniciativas parlamentares destinadas a constranger sua implementação (Kubitschek, 2000).

É nesse contexto de tensões, resistências e disputas interpretativas que o pronunciamento inaugural adquire centralidade política e simbólica. Longe de constituir um mero discurso cerimonial, a fala presidencial procura conferir inteligibilidade a uma decisão amplamente controvertida, articulando-a a uma narrativa histórica mais ampla. É precisamente essa configuração que autoriza tratá-la, em perspectiva problematológica, como resposta ao problema retórico-discursivo constituído pela necessidade de legitimar histórica e simbolicamente a transferência da capital em um contexto de controvérsia política, cuja estabilização constitui o objeto central da análise.

1.2. Coordenadas retórico-discursivas da análise

A leitura aqui proposta inscreve-se no campo dos estudos retórico-discursivos, compreendendo o discurso político não como simples veículo de informações ou registro de decisões administrativas, mas como prática simbólica dotada de eficácia social e histórica. Nessa perspectiva, o discurso é concebido como instância de produção e organização de sentido, capaz de conferir inteligibilidade a acontecimentos controversos, de orientar sua recepção pública e de estabilizar interpretações no interior de um horizonte coletivo, articulando-se a dispositivos institucionais e históricos de legitimação (Amossy, 2016; Maingueneau, 2016).

Pronunciamentos solenes associados a momentos fundadores não se limitam a acompanhar acontecimentos, mas participam ativamente de sua configuração simbólica, ao fixar quadros de interpretação e orientar a memória coletiva. É nesse sentido que a análise privilegia o funcionamento discursivo da fala presidencial, compreendida como prática institucional situada, enunciada a partir de uma posição de autoridade reconhecida e capaz de intervir na constituição do real social enquanto horizonte de sentido compartilhado.

Essa capacidade de estabilizar sentidos encontra uma chave de leitura decisiva na Problematologia desenvolvida por Michel Meyer, tomada aqui como horizonte conceitual da análise. Ao redefinir o pensamento a partir do questionamento, Meyer sustenta que “le couple question-réponse devient l’unité de base de la pensée et de la raison” (Meyer, 2010, n.p.) e que “penser, qu’on le veuille ou non, c’est questionner” (Meyer, 2010, n.p.). Partindo dessa concepção, o discurso deixa de ser compreendido prioritariamente como encadeamento de proposições e passa a ser analisado em função da relação que estabelece com as questões às quais responde. Nessa perspectiva, o sentido de uma resposta não pode ser dissociado do problema que a torna necessária. É sob esse enquadramento que o pronunciamento inaugural de Juscelino Kubitschek é examinado neste artigo.

Essa concepção desloca o olhar analítico do conteúdo explícito do discurso para o problema ao qual ele responde, permitindo reconstruir as alternativas possíveis e examinar os mecanismos pelos quais certas respostas são apresentadas como naturais, esperadas ou inevitáveis. No caso do discurso político, especialmente em contextos de alta densidade simbólica, esse movimento assume relevância particular: pronunciamentos institucionais tendem a operar não apenas pela proposição de soluções, mas pela redução da visibilidade das questões que lhes deram origem, contribuindo para o fechamento do campo problemático e para a limitação do espaço do dissenso (Meyer, 2009).

A análise desenvolvida neste artigo apoia-se em um conjunto de categorias operatórias destinadas a descrever o funcionamento discursivo do pronunciamento inaugural de Brasília. Essas categorias não constituem uma taxonomia extraída diretamente da obra de Michel Meyer, mas

instrumentos analíticos elaborados a partir do diálogo entre a Problematologia e as regularidades observadas no corpus. Sua função consiste em tornar observáveis os mecanismos pelos quais determinadas respostas discursivas se estabilizam, reorganizando o horizonte das questões que lhes deram origem.

A primeira dessas categorias é a de “problema retórico-discursivo”. Em perspectiva problematológica, todo discurso pode ser compreendido como resposta a uma questão que o antecede e o estrutura. O problema retórico-discursivo designa, assim, a situação de indeterminação, controvérsia ou dissenso que torna necessária a produção de uma resposta. No caso examinado, corresponde à necessidade de conferir legitimidade histórica, política e simbólica à transferência da capital para o interior do país em um contexto marcado por objeções econômicas, resistências políticas e disputas interpretativas.

A categoria de “resposta discursiva” refere-se ao conjunto de operações enunciativas por meio das quais o discurso procura oferecer uma solução simbólica para determinado problema. Mais do que um argumento isolado, a resposta corresponde à organização global do discurso enquanto tentativa de estabilização do sentido e de redução da indeterminação associada à questão que a antecede.

A noção de “fechamento do problemático” designa o processo pelo qual determinadas questões deixam progressivamente de figurar como objeto legítimo de interrogação. Inspirada na concepção meyeriana segundo a qual a eficácia das respostas depende de sua relação com as questões que procuram encerrar, essa categoria permite examinar os mecanismos pelos quais alternativas concorrentes, objeções ou possibilidades de dissenso são deslocadas para posições de menor visibilidade discursiva. Não se trata de eliminar materialmente a controvérsia, mas de reorganizar simbolicamente seu estatuto no interior da resposta.

A categoria de “naturalização simbólica” refere-se ao movimento pelo qual decisões históricas contingentes passam a ser apresentadas como evidências, necessidades ou pressupostos pouco questionáveis. O conceito não implica a supressão efetiva do conflito, mas a produção discursiva de um efeito de evidência que reduz a percepção de contingência associada a determinada decisão política, sendo a naturalização um dos resultados possíveis do fechamento do problemático.

Por “fundação simbólica” compreende-se o processo discursivo mediante o qual um acontecimento político adquire significado coletivo relativamente duradouro, convertendo-se em referência interpretativa para uma comunidade histórica. Diferentemente da fundação material ou institucional, a fundação simbólica opera no plano do sentido, organizando narrativas, identidades, temporalidades e formas de pertencimento. No corpus analisado, ela se manifesta na construção de Brasília como centro territorial, síntese identitária e expressão de uma vocação histórica nacional.

Por fim, a expressão “eficácia discursiva” não designa efeitos empiricamente demonstrados de persuasão ou recepção pública, mas a capacidade interna de uma configuração discursiva de organizar seus elementos em torno de uma resposta, favorecendo sua estabilização simbólica. A eficácia refere-se, assim, à arquitetura da resposta e não à comprovação empírica de seus efeitos sociais.

As categorias anteriormente definidas constituem o horizonte conceitual da análise. Os eixos analíticos mobilizados nas Seções 2 e 3 não correspondem a categorias previamente estabelecidas por Meyer, mas resultam da leitura do corpus à luz da Problematologia, procurando tornar observáveis diferentes mecanismos de estabilização da resposta no pronunciamento inaugural de Brasília. Com base nessas categorias operatórias, a análise concentra-se em cinco eixos principais:

(1) a constituição da racionalidade discursiva; (2) a apresentação da resposta como inevitável; (3) a reorganização do tempo histórico; (4) a neutralização do dissenso por meio da racionalidade do consenso; e (5) a configuração de uma autoridade decisória investida de responsabilidade histórica. Para tanto, o texto do pronunciamento é decomposto em segmentos analíticos que permitem apreender a articulação desses eixos e propor uma leitura de conjunto do funcionamento discursivo da fundação simbólica de Brasília.

2. FECHAMENTO DA DÚVIDA E DECISÃO FUNDADORA

2.1. A conversão da controvérsia em prova de maturidade histórica⁴

O primeiro movimento central da racionalidade discursiva mobilizada por JK no pronunciamento inaugural de Brasília consiste na reconfiguração das resistências e objeções que cercaram a construção da nova capital. Longe de negar a existência de dúvidas, críticas ou hesitações, o discurso as reconhece explicitamente, apenas para reinscrevê-las em uma narrativa de superação histórica. A controvérsia não é apresentada como falha do projeto, mas como etapa necessária de um processo mais amplo de amadurecimento nacional e de constituição discursiva. Esse reconhecimento aparece de forma particularmente clara quando o presidente alude às “dúvidas” e à “indecisão” que marcaram os primeiros momentos da empreitada, afirmando que “só nos que não conheciam diretamente os problemas do nosso Hinterland percebemos, a princípio, dúvida, indecisão” (Kubitschek, 2009, p. 52). O enunciado é cuidadosamente construído: a dúvida não é atribuída ao conjunto da nação, mas a um grupo específico, caracterizado por desconhecimento da realidade interiorana do país. Ao fazê-lo, o discurso já opera uma primeira neutralização do problema, deslocando-o do plano da legitimidade da decisão para o plano da competência perceptiva dos críticos. É precisamente nessa capacidade de reorganizar a percepção do problema que se manifesta a eficácia discursiva da resposta construída pelo pronunciamento.

Em seguida, essa dúvida inicial é contrastada com o surgimento de uma “grande esperança”, descrita como sentimento coletivo que acompanha toda a jornada até a inauguração:

mas no País inteiro sentimos raiar a grande esperança, a companhia constante em toda esta viagem que hoje concluímos; ela amparou-nos a todos, a mim e a essa esplêndida legião que vai desde Israel Pinheiro, cujo nome estará perenemente ligado a este cometimento, até ao mais obscuro, ao mais ignorado desses trabalhadores infatigáveis que tornaram possível o milagre de Brasília. (Kubitschek, 2009, p. 52)

A controvérsia, assim, é absorvida em uma temporalidade narrativa que a transforma em momento transitório, destinado a ser superado pelo engajamento e pela confiança no projeto nacional. O discurso não se detém na argumentação detalhada contra as objeções econômicas ou

⁴ “Maturidade histórica” designa, neste estudo, a representação discursiva de um país considerado apto a realizar a transferência da capital.

políticas levantadas à época; ele as dissolve ao integrá-las em um enredo de prova histórica, no qual resistir, hesitar ou criticar aparece como reação previsível diante da magnitude da decisão.

Conforme observa Meyer, “la rhétorique comme procédé résout le problème en faisant comme si les questions qui l’expriment ne se posaient plus” (Meyer, 2009, p. 2). Partindo dessa concepção, o movimento discursivo observado pode ser interpretado como um processo de redução da visibilidade das questões que estruturavam a controvérsia inicial. É esse efeito que, para fins analíticos, será aqui descrito como suspensão do regime do questionável.

Essa operação é reforçada quando o presidente afirma:

somente me abalancei a construí-la quando de mim se apoderou a convicção de sua exequibilidade por um povo amadurecido para ocupar e valorizar plenamente o território que a Providência Divina lhe reservara. Nosso parque industrial e nossos quadros técnicos apresentavam condições para traduzir no betume, no cimento e no aço as concepções arrojadas da arquitetura e do planejamento urbanístico modernos. (Kubitschek, 2009, p. 52)

A controvérsia prévia é, assim, reinterpretada como sinal de que o país atravessava um limiar histórico: a dúvida antecede a maturidade, mas não a invalida. Pelo contrário, ela se converte em condição de possibilidade de uma decisão que só poderia ser tomada por uma nação pronta para assumir seu próprio destino. Nesse sentido, o discurso realiza uma conversão decisiva: a resistência passa a funcionar discursivamente como indício da sua relevância histórica e não mais como índice de imprudência do projeto. A grandeza da obra se mede, implicitamente, pela intensidade das objeções que enfrentou. Trata-se de uma estratégia frequentemente observada em discursos associados a acontecimentos fundadores, nos quais a superação de resistências e controvérsias contribui para reforçar a legitimidade simbólica do acontecimento celebrado (Campbell e Jamieson, 1990). No pronunciamento de JK, o conflito não é eliminado, mas ressignificado como prova do valor da decisão.

Ao operar essa conversão, a fala presidencial atua diretamente sobre o problema retórico-discursivo que estrutura o pronunciamento: a legitimação histórica da nova capital. O eixo da interrogação é deslocado: em lugar de se discutir a pertinência da decisão em si, o discurso passa a enfatizar quem teria sido capaz de sustentá-la à altura das exigências históricas do país. Assim, a controvérsia inicial é absorvida e reconfigurada como elemento constitutivo de uma narrativa de maturidade nacional, contribuindo para a estabilização simbólica da fundação de Brasília como acontecimento necessário e irreversível. Essa conversão da controvérsia em índice de maturidade prepara o movimento seguinte, no qual a decisão assume o estatuto de fato simbólico legitimado, inscrito em uma trajetória previamente traçada.

2.2. A decisão como resposta inevitável: da escolha política à necessidade histórica

Se, no movimento analisado anteriormente, o discurso presidencial converte a controvérsia em prova de maturidade histórica, um segundo deslocamento, ainda mais decisivo, consiste em transformar uma escolha política contingente em necessidade histórica inelutável. A racionalidade discursiva da fala inaugural opera, nesse ponto, uma redução progressiva do campo das alternativas, apresentando a fundação de Brasília não como uma entre várias possibilidades, mas como a única resposta compatível com o estágio histórico alcançado pela nação.

Esse efeito de inevitabilidade é produzido por meio de uma articulação discursiva que combina a permanência histórica, maturidade coletiva e decisão governamental. Ao afirmar que a construção da nova capital só se tornou possível quando se consolidaram as condições morais, técnicas e materiais do país, o discurso desloca a decisão do plano do arbítrio político para o da necessidade histórica. A escolha deixa de aparecer como ato de vontade de um governo específico e passa a ser inscrita como resposta exigida por um problema que transcende a conjuntura imediata.

Conforme Meyer (2009, p. 2), argumentar consiste em fornecer razões capazes de conduzir o problemático ao não-problemático. Nessa perspectiva, a força de uma resposta não reside apenas em seu conteúdo proposicional, mas em sua capacidade de reduzir a visibilidade da questão que a tornou necessária. É precisamente esse movimento que se observa no pronunciamento inaugural de Brasília. A questão implícita — *deveria ou não o Brasil transferir sua capital para o interior?* — não é enfrentada mediante a comparação sistemática de alternativas nem por um balanço explícito entre custos e benefícios. Em vez disso, o discurso a reinscreve em uma narrativa de maturidade histórica, deslocando progressivamente a atenção do problema para a legitimidade da resposta. É nesse sentido que se pode falar em elevada eficácia discursiva no fechamento do campo da questão, entendida como a capacidade de organizar a resposta de modo a reduzir a visibilidade das alternativas concorrentes.

Esse movimento pode ainda ser descrito a partir da tríade retórica — ethos, logos e pathos — tal como reinterpretada por Michel Meyer. Em sua perspectiva, a retórica constitui uma negociação de distâncias entre sujeitos diante de uma questão, de modo que ethos, logos e pathos operam como dimensões complementares da relação problematológica. O ethos corresponde à posição daquele que responde; o pathos, ao auditório ao qual a resposta se dirige; e o logos, à elaboração discursiva da própria questão. A transferência da capital deixa de aparecer como uma entre várias alternativas politicamente possíveis para ser apresentada como resposta historicamente necessária, reduzindo a visibilidade das questões que poderiam reproblematicar a decisão ou sustentar interpretações concorrentes (Meyer, 2013).

Esse mecanismo torna-se visível na maneira como o discurso associa a fundação de Brasília à ideia de viragem histórica irreversível. Ao declarar que “vimos no dia de hoje uma página da História do Brasil” (Kubitschek, 2009, p. 52), o pronunciamento institui um marco temporal que separa definitivamente um antes e um depois. Tal formulação não apenas celebra o acontecimento, mas o fixa como ponto de não retorno, impedindo, no próprio plano do sentido, a reabertura do debate. Uma vez “virada a página”, a própria possibilidade de reconsiderar a decisão perde pertinência simbólica.

Esse mesmo movimento de transformação da escolha política em necessidade histórica é reforçado quando o presidente afirma que “damos por cumprido o nosso dever mais ousado; o mais dramático dever” (Kubitschek, 2009, p. 52). Ao qualificar a decisão como dever — e não como simples ato de vontade governamental — a fala presidencial desloca a deliberação do plano da contingência política para o de uma obrigação histórica que se impunha ao país. O que poderia aparecer como opção entre alternativas é, assim, reinscrito discursivamente como cumprimento de uma missão histórica necessária, apresentada como decisão que tinha de ser tomada, sob pena de trair o próprio sentido do percurso nacional.

Partindo da formulação de Meyer (2009, p. 2), segundo a qual a retórica tende a resolver o problemático fazendo como se as questões que o exprimem já não se colocassem, esse processo pode ser descrito como estabilização da resposta, pela qual uma decisão historicamente situada passa a ser apresentada como evidência relativamente naturalizada, reduzindo a visibilidade das

alternativas que poderiam reabrir a questão. O discurso não se limita a responder a uma questão histórica; ele faz desaparecer a própria questão enquanto tal, apresentando a resposta como algo que se impõe por si mesmo. Com isso, o espaço da escolha — no qual alternativas poderiam ser formuladas, avaliadas ou confrontadas — torna-se invisível, consolidando a decisão como evidência necessária.

Essa operação discursiva tem implicações decisivas para a legitimação do ato político. Ao converter a decisão em necessidade histórica, o discurso desloca a responsabilidade do agente político para a própria história, apresentada como força impessoal e orientadora. A escolha é reclassificada como expressão do destino histórico da nação, de seu processo de amadurecimento e da lógica de integração territorial característica do horizonte desenvolvimentista no qual o pronunciamento se inscreve, deixando de ser atribuída primariamente ao presidente ou ao governo. A racionalidade mobilizada é, assim, menos deliberativa do que teleológica: a decisão se legitima porque corresponde ao sentido atribuído ao curso da história.

Desse modo, a fala inaugural não apenas legitima a fundação de Brasília, mas redefine as condições de sua inteligibilidade. Ao apresentar a decisão como resposta inevitável a um problema histórico persistente, o discurso realiza uma suspensão profunda do regime do questionável, no qual a política se converte em história e a escolha se dissolve na necessidade. É esse deslocamento que confere à fundação de Brasília o estatuto de acontecimento fundador, dotado de uma racionalidade que se pretende incontestável e resistente à reabertura do dissenso. Nessa chave interpretativa, a abordagem problematológica permite compreender como o sentido da resposta construída pelo pronunciamento permanece vinculado ao problema histórico e simbólico que ela procura encerrar.

2.3. Temporalidade decisória e clausura do passado

Um terceiro eixo da racionalidade discursiva mobilizada pelo pronunciamento inaugural diz respeito ao modo como o discurso reorganiza o tempo histórico para legitimar a fundação de Brasília. Mais do que narrar a decisão como ato político pontual, a fala presidencial constrói uma temporalidade decisória na qual o presente aparece como culminação de um processo histórico apresentado como duradouro, enquanto o passado é reconfigurado como etapa superada e o futuro é antecipado como confirmação necessária da decisão tomada. Em perspectiva problematológica, questão e resposta não constituem realidades independentes, mas termos reciprocamente implicados, de tal modo que o sentido de uma resposta permanece inseparável da questão que a torna necessária (Meyer, 1995;2010). Se a inteligibilidade de uma resposta depende da configuração do problema ao qual ela responde, toda operação discursiva que modifica a representação desse problema altera igualmente o campo de sentido no interior do qual a resposta adquire legitimidade. Partindo dessa concepção problematológica, a reorganização temporal promovida pelo pronunciamento inaugural não constitui mero recurso narrativo. Ao representar o passado como etapa superada e o futuro como desdobramento esperado da decisão presente, o discurso reconfigura retrospectivamente a própria questão histórica à qual Brasília é apresentada como resposta, convertendo o tempo histórico em instrumento de estabilização da resposta e de naturalização simbólica da decisão fundadora.

Essa operação emerge, sobretudo, na forma como o discurso inscreve a fundação de Brasília em uma trajetória histórica que teria, desde muito, apontado para esse desfecho. A decisão não se apresenta como ruptura arbitrária, mas como cumprimento de um itinerário que finalmente

encontra sua expressão em ato. Nesse sentido, o passado é explicitamente desautorizado como horizonte de retorno ou reabertura da questão, quando o presidente afirma: “não nos voltemos para o passado, que se ofusca ante esta profusa radiação de luz que outra aurora derrama sobre a nossa Pátria” (Kubitschek, 2009, p. 51). O passado, assim, é discursivamente representado como tempo de incompletude, já ultrapassado pelo presente fundador. A partir da concepção meyeriana segundo a qual a força de uma resposta depende da maneira como ela reorganiza as questões que a antecedem, essa operação temporal pode ser compreendida como um mecanismo de estabilização da resposta por meio da representação do passado como etapa superada. As dúvidas, hesitações e resistências que marcaram momentos anteriores não são negadas, mas reinscritas como elementos de uma etapa já ultrapassada do percurso histórico. Aquilo que poderia sustentar a reabertura da questão passa a funcionar apenas como confirmação da necessidade da resposta que o discurso procura consolidar. Se, conforme observa Meyer, a resposta tende a estabilizar-se mediante a redução da visibilidade das questões que a antecedem, a representação do passado como etapa definitivamente encerrada desempenha função decisiva nesse processo. O passado torna-se, assim, espaço discursivamente desativado, servindo apenas para confirmar a necessidade da resposta estabilizada que o presente fundador pretende encarnar.

Essa clausura do passado é acompanhada por um deslocamento projetivo em direção ao futuro, que não se configura como horizonte aberto de possibilidades, mas como desdobramento esperado — e, em alguma medida, inevitável — do ato fundador. A nova capital é apresentada como realidade cuja significação excede o presente e já se projeta para além dele: “esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes [...] já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria” (Kubitschek, 2009, p. 53). O futuro, portanto, não aparece como novo espaço de problematização, mas como confirmação teleológica da decisão, desenhada como processo já em curso. A cidade é figurada como centro de irradiação contínua e irreversível de integração territorial:

deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional [...]. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional. (Kubitschek, 2009, p. 53)

A decisão presente é, assim, prolongada no tempo sob a forma de um devir orientado, no qual o problema inicial se dissolve na resposta.

Dessa maneira, a temporalidade decisória construída pelo pronunciamento opera um duplo movimento: encerra o passado e constringe o futuro. Entre esses dois polos, o presente da inauguração surge como momento privilegiado de revelação histórica, no qual o sentido latente do percurso nacional finalmente se manifesta. A decisão é reinscrita como instante de verdade histórica, instaurando um regime temporal no qual o questionamento perde pertinência simbólica.

A articulação entre passado superado, presente decisório e futuro orientado reforça a necessidade histórica examinada anteriormente, operando uma negociação simbólica que define quem se reconhece na resposta produzida e quem permanece à margem (Meyer, 2009). O discurso produz, assim, efeitos de adesão majoritária que sustentam a decisão no plano simbólico, configurando o tempo de modo a impedir a reabertura da questão.

2.4. A racionalidade do consenso: esperança, unanimidade e silenciamento do dissenso

Um quarto eixo da racionalidade discursiva presente no pronunciamento de Juscelino Kubitschek diz respeito à maneira como o discurso constrói uma imagem de consenso nacional em torno da fundação de Brasília, mobilizando categorias afetivo-políticas como “esperança”, “comunhão simbólica” e “vontade coletiva”, podendo indicar que o *pathos* é a voz da contingência, como recupera Meyer (2000) ao retomar a visão de Aristóteles. A legitimação da decisão não se apoia apenas na reconstrução histórica ou na teleologia do desenvolvimento nacional, mas também na produção de um regime afetivo de adesão, no qual o empreendimento aparece como expressão “natural” de um sentimento supostamente compartilhado pela coletividade.

Nesse registro, o pronunciamento constrói um regime afetivo de adesão no qual a fundação de Brasília aparece como expressão de um sentimento coletivamente partilhado, e não como resultado de uma deliberação situada. Essa operação torna-se visível quando o presidente afirma que “no País inteiro sentimos raiar a grande esperança, a companheira constante em toda esta viagem que hoje concluímos; ela amparou-nos a todos” (Kubitschek, 2009, p. 52). A esperança, tematizada como afeto comum, passa a operar como princípio de estabilização da resposta: aquilo que se apresenta como afetivamente compartilhado deixa de oferecer espaço legítimo à interrogação. O conflito e a divergência, que estruturaram historicamente o debate sobre a construção da nova capital, são assim deslocados para fora do campo do politicamente pertinente, sendo tratados como resíduos de incompreensão ou falta de maturidade. O consenso não é descrito como dado prévio; ele é produzido discursivamente como evidência, neutralizando o dissenso sem necessidade de refutação.

Esse fechamento afetivo-consensual do problemático atinge seu ponto mais explícito quando Brasília é enunciada como “Capital da Esperança”, fórmula que condensa, em chave simbólica, a equivalência entre decisão política e vocação coletiva: “foi a Esperança valimento nosso [...] André Malraux viu em Brasília a Capital da Esperança” (Kubitschek, 2009, p. 53). “O circuito está fechado: há paixão porque há ação, e essa reciprocidade inscreve-se como interação de diferenças no seio de uma mesma identidade, de uma mesma comunidade” (Meyer, 2000, p. XXXVII). A esperança passa a operar, portanto, como mecanismo de fechamento do problemático: aquilo que se apresenta como afetivamente compartilhado não pode mais ser colocado em questão sem que o gesto da interrogação pareça deslocado ou ilegítimo.

Tem-se, então, uma operação de fechamento do problemático pela via do consenso, na qual a resposta não se impõe por demonstração racional, mas pela naturalização simbólica de uma adesão previamente construída no próprio discurso. Essa racionalidade do consenso altera, de maneira decisiva, o estatuto da questão. Em vez de ser reconhecida como problema aberto, a controvérsia é tratada como algo já resolvido pela própria vontade coletiva tal como o discurso a constrói, tornando a interrogação politicamente deslocada e simbolicamente ilegítima. Não se trata apenas de fornecer uma resposta, mas de tornar a própria questão supérflua, porque incompatível com o horizonte de unanimidade simbólica que se busca instituir. A suspensão do regime do questionável não se realiza por demonstração, mas pela produção discursiva de um consenso afetivamente compartilhado, no qual a discordância tende a aparecer como gesto deslocado em relação à comunidade simbolicamente construída pelo próprio discurso. Nessa chave, o dissenso não é propriamente refutado; ele é desqualificado, tornando-se insignificante do ponto de vista da racionalidade política que o discurso pretende instaurar.

Pode-se notar um mecanismo específico de fechamento do problemático: a passagem da controvérsia à indiferença em relação à questão. Ao incorporar a esperança coletiva e a imagem de unanimidade como elementos constitutivos da resposta, o discurso dificulta a reinscrição do objeto no regime do questionável. A fundação de Brasília passa a operar como consequência de um querer comum que o discurso presume e, ao mesmo tempo, produz, esvaziando sua condição de decisão discutível. Desse modo, a racionalidade do consenso reforça o movimento de dissolução do campo da questão observado nos subtópicos anteriores: ao invés de suscitar a questão, o discurso a dissolve no interior de um fato emocionalmente partilhado, tornando o dissenso politicamente irrelevante e, simbolicamente, impronunciável. Se, no plano afetivo-consensual, o problema é neutralizado pela produção de uma adesão simbólica compartilhada, no plano ético-decisório ele será igualmente fechado pela figuração do governante como sujeito que responde à questão em nome da coletividade. O fechamento afetivo-consensual do problemático encontra, em 2.5, sua contrapartida no plano enunciativo, quando a figura presidencial assume a decisão como responsabilidade histórica, reforçando a autoridade da resposta.

2.5. Autoridade decisória e responsabilidade histórica

Um último eixo da racionalidade discursiva mobilizada pelo pronunciamento diz respeito à construção do *ethos* presidencial como instância legítima de resposta ao problema histórico representado pela fundação de Brasília. Se, nos movimentos anteriores, o discurso operou a conversão da questão em fato pela via histórica, temporal e afetivo-consensual, aqui ele o faz mediante a produção de uma figura de autoridade cuja legitimidade não deriva apenas do cargo institucional, mas da maneira como o sujeito enunciator se apresenta como alguém que assume — solitariamente, se necessário — o peso de uma decisão inscrita no destino coletivo da nação.

Esse mesmo movimento de transformação da escolha política em necessidade histórica é reforçado quando o discurso presidencial qualifica a decisão como cumprimento de um dever histórico de excepcional gravidade, apresentado não como opção governamental entre alternativas, mas como exigência que se impunha ao país em razão de seu percurso histórico. A decisão não é representada como gesto voluntarista, mas como resposta assumida sob risco, marcada por responsabilidade e sacrifício. A força da resposta não depende apenas de seu conteúdo, mas da autoridade daquele que se coloca como sujeito que responde ao problema. O discurso associa essa responsabilidade à consciência de que a decisão poderia ter sido recusada, mas foi assumida em nome da coletividade. Isso se mostra quando o presidente afirma que somente se decidiu quando se convenceu da maturidade do país para sustentar a obra: “somente me abalancei a construí-la quando de mim se apoderou a convicção de sua exequibilidade por um povo amadurecido” (Kubitschek, 2009, p. 52). A hesitação inicial não enfraquece a decisão; ao contrário, converte-se em prova de prudência e senso de dever. Na chave de Meyer, trata-se de um modo de fechar a questão pela figuração da resposta como ato eticamente justificado, não arbitrário, situado no ponto de tensão entre risco e necessidade histórica.

Ao enfatizar o peso pessoal da escolha, o discurso desloca a deliberação do plano administrativo para o plano ético-político. A fundação de Brasília aparece como decisão assumida “em nome da Nação e de suas gerações futuras”, apresentada como prova de fidelidade a uma missão histórica que ultrapassa o indivíduo (Kubitschek, 2009, p. 53). Nessa perspectiva, a autoridade política se converte em autoridade decisória, isto é, alguém com capacidade reconhecida de responder à questão em lugar da coletividade — o que, novamente, reforça a suspensão do regime do questio-

nável: se a resposta é assumida por quem detém legitimidade simbólica para decidir, o espaço da interrogação tende a perder pertinência.

Pode-se afirmar que a enunciação presidencial realiza uma forma específica de eliminação por via ético-decisória do problema. A questão — “deveria ou não o governo realizar a transferência da capital?” — não é apenas dissolvida no consenso, mas também absorvida pela imagem de um sujeito que assume o risco da decisão como exigência de seu papel histórico. A resposta ganha força porque aparece como ato que não poderia deixar de ser realizado, dado o imperativo de responsabilidade atribuído à figura do governante. Desse modo, o *ethos* presidencial constitui um operador fundamental de suspensão do regime do questionável: ao mesmo tempo em que legitima a decisão, ele sustenta a transformação da controvérsia em fato histórico, contribuindo para a estabilização simbólica da fundação de Brasília como gesto necessário, responsável e incontornável. Trata-se de uma resposta cujo sentido se define precisamente pelo problema que ela pretende ter resolvido, concluindo o movimento de fechamento do problemático analisado ao longo desta seção.

Em conjunto, os movimentos analisados ao longo dos subtópicos 2.1 a 2.5 permitem compreender a fala inaugural de Juscelino Kubitschek como um dispositivo de fechamento progressivo do problemático, no sentido problematológico do termo. A racionalidade discursiva mobilizada converte a decisão política em necessidade histórica, reorganiza o tempo como evidência e dissolve o dissenso no interior de uma resposta estabilizada. Com isso, a resposta deixa de figurar como uma entre várias possibilidades e passa a operar como aquilo que não poderia deixar de ser. A racionalidade discursiva do pronunciamento realiza, assim, um movimento progressivo de fechamento do problemático, por meio do qual uma decisão historicamente contingente é convertida em resposta simbolicamente estabilizada e relativamente naturalizada no interior da narrativa nacional.

3. FUNDAÇÃO SIMBÓLICA: INTERIORIZAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NACIONAL E CIDADE-SÍNTESE

A racionalidade discursiva analisada anteriormente mostra como o pronunciamento inaugural fecha a dúvida no plano do tempo, do consenso e da autoridade decisória, convertendo a escolha política em necessidade histórica. Esse fechamento, contudo, não se esgota na reorganização da temporalidade nem na estabilização enunciativa da decisão; ele se projeta no plano simbólico, reconfigurando a espacialidade nacional e produzindo centro, unidade e teleologia como operadores de naturalização. É essa dimensão simbólico-territorial da resposta que passa agora ao primeiro plano.

3.1. O problema do espaço nacional: carência de centro e fratura territorial

A fundação simbólica de Brasília só pode ser compreendida à luz de um problema histórico de ordem territorial: a organização desigual do espaço brasileiro em torno de um eixo litorâneo que, ao longo de séculos, concentrou funções políticas, econômicas e simbólicas, relegando o interior à condição de espaço marginal e pouco articulado ao centro decisório do Estado. O interior permaneceu, assim, menos integrado aos circuitos da ação pública, com menor presença estatal e menor densidade simbólica. Essa assimetria não é apenas geográfica: traduz uma fratura na própria ideia

de nação integrada, um déficit de coesão territorial que constitui um problema persistente da formação histórica brasileira.

Essa fratura espacial remonta, em grande medida, ao próprio processo de formação territorial no interior do sistema colonial português. Sua lógica econômica e administrativa privilegiou os núcleos litorâneos voltados ao comércio atlântico e à articulação externa do império, em detrimento de uma ocupação interior contínua e integrada. A organização do espaço político brasileiro foi, assim, historicamente moldada por uma estrutura centrífuga, orientada para fora. Nela, o litoral concentrou funções diretivas e projeção simbólica, enquanto o interior permaneceu como área secundária, pouco incorporada aos circuitos estatais e à imaginação nacional.

É esse quadro tensional que o pronunciamento inaugural de JK herda e exhibe como dívida histórica. Ao evocar a necessidade de “forçar o ritmo de nossa interiorização” e de prevenir “o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras” (Kubitschek, 2009, p. 52), o presidente nomeia a carência, mas ainda não a converte em circunstância estabilizada. O interior surge como espaço latente e não plenamente realizado, cuja marginalidade expõe, no plano simbólico, a incompletude do corpo nacional.

Nesse momento, o discurso permanece no registro da interrogação: como articular um princípio de unidade que incorpore o interior como parte constitutiva do centro nacional? A fundação de Brasília é situada no horizonte dessa questão anterior — a do lugar legítimo do centro em um território fragmentado. A intervenção presidencial consiste, aqui, em dramatizar o impasse, reinscrevendo a fratura territorial como problema politicamente inadiável.

A pergunta que se impõe, e que o discurso subsequente tratará de fechar retoricamente, é precisamente esta: que operações simbólicas podem transformar essa carência histórica em um princípio de unidade territorial naturalizado? É a partir dessa tensão — explicitada, mas ainda não resolvida — que se compreendem os mecanismos de fechamento mobilizados a seguir.

3.2. A máquina retórica do fechamento: naturalização do centro e irradiação simbólica

Estabelecida a fratura territorial como problema histórico e discursivo (3.1), o pronunciamento inaugural de Kubitschek desloca-se para o registro da resposta estabilizada. Se antes o interior era exposto como carência, agora ele é convertido em centro geopolítico simbólico por meio de uma operação retórica que articula dois movimentos complementares: a conversão da centralidade geográfica em pressuposto político naturalizado e a metáfora da irradiação integradora. Esses mecanismos preparam o terreno para uma reconfiguração mais ampla do tempo histórico, na qual a interiorização passa a ser inscrita como curso histórico orientado.

O primeiro mecanismo atua pela substituição da deliberação política pela adequação geométrica. Ao declarar ter transferido “a Capital para este planalto interior, centro geográfico do País” (Kubitschek, 2009, p. 51), JK não argumenta em termos de conveniência administrativa; ele ancora a decisão em uma verdade espacial naturalizada discursivamente. A categoria “centro geográfico” funciona como operador de naturalização: o lugar da capital é reinscrito como consequência necessária da própria conformação do território, e não como resultado de uma deliberação política situada. A política cede à geografia, e a geografia se converte em princípio de legitimação, instituindo Brasília como novo eixo de articulação simbólica do espaço nacional.

O segundo movimento é o da irradiação simbólica a partir desse centro. Brasília deixa de ser ponto de chegada para tornar-se fonte ativa de integração. A metáfora orgânica da “seiva do crescimento nacional” (Kubitschek, 2009, p. 53) converte o território em corpo vivo, no qual a capital

opera como coração responsável por bombear vitalidade ao conjunto. Essa imagem é reforçada pela declaração de que “deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional” (Kubitschek, 2009, p. 53). O verbo “estende” e a expressão “aos quatro ventos” constroem uma dinâmica de expansão centrífuga e totalizante: o interior, antes figurado como espaço rarefeito, passa a ser apresentado como ponto de partida da unificação do todo, reorganizando simbolicamente o mapa político a partir de um novo polo de convergência e irradiação. Ao recorrer a uma metáfora orgânica de integração territorial, o discurso não apenas descreve um processo espacial, mas produz um efeito de objetivação simbólica apto a sustentar a adesão coletiva. Os valores mobilizados nesse excerto podem ser identificados com emoções que foram desvinculadas de seu aspecto subjetivo para que possam ser integradas na negociação entre presidente e nação e configurem objetividade indiscutível (Meyer, 2009).

Esses dois movimentos — a naturalização geométrica e a irradiação simbólica — podem ser compreendidos, à luz da categoria de fechamento do problemático, como operadores de estabilização de uma resposta a um problema territorial previamente constituído. Partindo da concepção de Meyer (2009) segundo a qual a argumentação tende a conduzir o problemático ao não-problemático, observa-se que o discurso não enfrenta diretamente a questão do centro nacional por meio da comparação de alternativas concorrentes. Ao contrário, ele promove o fechamento progressivo do problemático mediante a articulação entre adequação geográfica e irradiação integradora, apresentadas como evidências. A pergunta “onde deve estar a capital?” perde pertinência porque a resposta já se encontra simbolicamente estabilizada no próprio tecido discursivo do pronunciamento. A fratura territorial diagnosticada no tópico anterior não é superada por demonstração argumentativa, mas simbolicamente suturada pela produção de uma nova ordem espacial naturalizada, fundada em um centro geopolítico que reorganiza o horizonte da questão.

Desse modo, Brasília é instituída não apenas como capital administrativa, mas como centro simbólico autolegitimado, ponto a partir do qual o território passa a ser lido — e o passado territorial, reinterpretado. O problema da desconexão entre litoral e interior não é simplesmente resolvido; ele é reconfigurado pela instauração de um novo eixo de inteligibilidade. Do ponto de vista retórico, essa operação conduz da interrogação espacial à estabilização da resposta, convertendo a decisão política em pressuposto histórico naturalizado.

3.3. Brasília como cidade-síntese: totalização simbólica do diverso e fechamento identitário

Se, no subtópico anterior, a centralidade de Brasília foi analisada no plano espacial, como resposta ao problema da integração do território, o discurso inaugural desloca agora essa centralidade para o plano simbólico-identitário, apresentando a nova capital como forma capaz de totalizar simbolicamente o diverso nacional. Não se trata apenas de um centro geopolítico, mas de uma operação discursiva pela qual o país, marcado por heterogeneidade histórica, social e regional, é figurado como unidade integrada no signo da cidade. Esse problema encontra no discurso sua resposta sob a forma de síntese identitária. Tal movimento torna-se perceptível quando Kubitschek afirma que

esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria. (Kubitschek, 2009, p. 53)

O pertencimento não decorre do tempo nem da experiência direta: ele é produzido discursivamente como efeito de naturalização identitária. A cidade assume o estatuto de lugar no qual a coletividade já se reconhece, configurando uma apropriação fundada na própria enunciação, pela via simbólica. A resposta precede a experiência, pois é o próprio discurso que fecha a questão identitária ao apresentar Brasília como sede natural do sentimento nacional.

Essa síntese opera em duas direções complementares: para dentro, criando o enraizamento identitário; e para fora, funcionando como emblema nacional. É nessa segunda direção que a capital é investida do encargo de representar o país perante o exterior, elevando “o prestígio nacional em todos os continentes”. A repetição anafórica do “já” — “já se enraizou”, “já elevou”, “já vem sendo apontada” — constrói uma temporalidade instantânea de consolidação simbólica, como se a cidade tivesse saltado do projeto à plenitude identitária sem mediação histórica. A cidade passa a operar como metonímia da nação: o Brasil aparece condensado em sua capital. Desse modo, a tensão entre multiplicidade regional e sociocultural e coesão política — que poderia constituir campo aberto de problematização — é convertida em unidade simbolicamente estabilizada. O discurso não descreve uma identidade previamente dada; ele a produz ao responder ao problema da dispersão histórica.

Partindo da concepção problematológica segundo a qual o sentido de uma resposta depende da questão que ela procura encerrar, o que se observa é uma estabilização da resposta no plano identitário. Brasília é apresentada como resposta cuja força advém menos da demonstração do que da estabilização simbólica produzida pela própria enunciação. O sentido dessa resposta depende precisamente do problema que ela encerra: a necessidade de transformar diversidade histórica em unidade simbólica, aproximando as distâncias entre o eu, o outro e o mundo.

Desse modo, a operação de cidade-síntese prolonga, em registro identitário, o movimento anteriormente descrito no plano espacial. Se em 3.2 Brasília havia sido instituída como centro geopolítico, aqui ela se afirma como centro de identidade, lugar no qual a nação se representa como una. O problema da heterogeneidade é neutralizado pela síntese: a pluralidade deixa de sustentar interrogação legítima e passa a operar como matéria de unificação simbólica já estabilizada na própria figura da cidade-síntese. Uma vez consolidada tal unidade identitária, o discurso projeta essa centralidade para o futuro, abrindo caminho para a inscrição teleológica, em que a fundação de Brasília passa a operar como desfecho necessário de uma vocação histórica.

3.4. Interiorização como teleologia histórica: destino, projeção e fechamento do futuro

Se o subtópico anterior mostrou como Brasília opera a síntese identitária do diverso, o discurso desloca agora essa centralidade para o plano teleológico, apresentando a fundação não apenas como resposta ao passado e ao presente, mas como cumprimento de uma vocação histórica projetada no futuro. A interiorização não aparece como simples decisão governamental: ela é figurada como movimento inscrito na própria vocação da nação, que finalmente se realiza.

Essa dimensão emerge de maneira explícita no léxico providencial-teleológico do pronunciamento. Quando JK afirma que o país segue um “irresistível destino de criação e de força construtiva” (Kubitschek, 2009, p. 53), a fundação deixa de ser apresentada como escolha entre alternativas possíveis e passa a figurar como ato que responde a uma trajetória inscrita no percurso nacional. O futuro é configurado como desdobramento necessário do gesto fundador, e não como horizon-

te aberto de indeterminação. A referência à “Providência Divina”⁵, no trecho em que o território é dito “reservado” ao povo brasileiro, sacraliza o espaço nacional e desloca a decisão do plano contingente da deliberação política para o de uma vocação transcendente e historicamente inscrita. À luz da categoria de fechamento do problemático, essa sacralização opera como mecanismo adicional de estabilização da resposta: a decisão deixa de figurar como escolha entre alternativas e adquire o estatuto de fato simbólico legitimado por uma ordem superior de sentido — a da Providência e do destino histórico.

O mesmo movimento reaparece quando o pronunciamento atribui à nova capital a inauguração de uma época de maior dinamismo e dedicação ao trabalho e à Pátria, projetando o acontecimento fundador como princípio normativo do devir histórico. Com isso, a cidade não apenas simboliza o presente; ela organiza o futuro como horizonte orientado, convertendo a decisão em eixo ordenador do tempo. O acontecimento fundador passa a constituir o ponto a partir do qual a história é narrada como continuidade orientada, e não mais como sucessão aberta de possibilidades. Observa-se aqui um fechamento do problemático no plano do futuro histórico: a pergunta “que caminhos seriam possíveis para o país?” é absorvida na narrativa de uma trajetória previamente traçada. O futuro deixa de funcionar como espaço de novas interrogações e assume a função de confirmação da resposta já instituída pelo discurso, configurando um mecanismo de fechamento do problemático no plano da temporalidade histórica.

Brasília, assim, não apenas responde a uma tensão espacial (3.2) e totaliza uma heterogeneidade identitária (3.3): ela ancora teleologicamente o tempo nacional. O país é projetado como cumpridor de um destino que a nova capital, simultaneamente, enuncia, simboliza e realiza. A resposta discursiva não apenas encerra o problema — ela redefine o próprio horizonte no qual novos problemas poderiam emergir.

Dessa maneira, a interiorização converte-se em fundação teleológica do futuro, e a história é organizada de modo a parecer convergir inevitavelmente para o presente fundador. O país é projetado como cumpridor de uma vocação histórica que a nova capital corporifica. Esse movimento articula-se aos eixos espacial e identitário e prepara o terreno para o processo de naturalização simbólica.

3.5. A síntese final: naturalização como apagamento do problemático

Assim como o *ethos* presidencial de autoridade decisória (2.5) coroava os mecanismos de fechamento temporal e consensual da Seção 2, a naturalização como apagamento do problemático constitui o efeito último da articulação entre os eixos espacial, identitário e teleológico. A eficácia discursiva da resposta que funda simbolicamente Brasília não reside apenas na soma desses movimentos. Ela resulta, sobretudo, de sua convergência para um estágio em que a resposta discursiva se estabiliza de tal modo que o problema que a originou deixa de constituir horizonte relevante de interpretação.

O processo de naturalização opera por sobreposição e reforço mútuo dos três eixos. A centralidade geográfica (3.2) fornece um pressuposto espacial naturalizado que parece anterior à política;

5 No léxico político-retórico ibero-católico, “Providência Divina” remete à ideia de uma ordem transcendente da história. No discurso de JK, a expressão opera como mecanismo de legitimação teleológica, convertendo a interiorização da capital em realização de uma vocação histórica nacional.

a síntese identitária (3.3) converte esse pressuposto em pertencimento afetivo inquestionável; e a teleologia histórica (3.4) transforma o pertencimento em destino coletivo inevitável. Juntos, esses movimentos fecham o circuito hermenêutico da legitimação: o espaço justifica a identidade, a identidade fundamenta o destino, o destino consagra o espaço.

Estamos diante do estágio final de suspensão do regime do questionável: a resposta (Brasília) não apenas resolve a questão — ela reconfigura o horizonte de sentido, de modo que a própria pergunta perde pertinência. A fundação deixa de ser um “ato” para tornar-se um “pressuposto”; a capital deixa de ser apresentada como objeto legítimo de deliberação. Ela passa a funcionar como condição de inteligibilidade do próprio país.

O efeito final é a conversão da obra política em verdade histórica. Interrogar a legitimidade da fundação permanece formalmente possível, mas é simbolicamente desativado enquanto gesto discursivo legítimo, uma vez que o discurso fundador neutraliza as condições de reconhecimento desse questionamento. A naturalização bem-sucedida produz a ilusão de que nunca houve alternativa. É nesse ponto que a fundação simbólica se completa: quando a resposta já não é reconhecida como resposta e passa a operar como fato histórico durável, instaurando o novo chão a partir do qual o Brasil passa a se narrar.

CONCLUSÃO

A fundação simbólica de Brasília mostrou-se inseparável de um processo de fechamento do problemático por meio do qual uma decisão historicamente contingente passa a operar como pressuposto relativamente naturalizado da inteligibilidade nacional. Nesse processo, a resposta discursiva reorganiza progressivamente o campo do questionável, reduzindo a visibilidade das alternativas concorrentes e suspendendo a legitimidade da dúvida como posição discursiva pertinente. O fechamento do problemático produz, assim, a estabilização da resposta, cuja principal consequência simbólica é a naturalização de decisões historicamente contingentes.

A operação observada no plano da racionalidade discursiva é complementada, no plano simbólico, pela construção de Brasília como centro geopolítico integrador, síntese identitária da nação e expressão de uma vocação histórica projetada para o futuro. O discurso desloca-se do diagnóstico da fratura territorial para a construção de uma espacialidade que articula interiorização, unidade na diversidade e projeção teleológica. A convergência desses movimentos consolida a nova capital não como simples escolha governamental, mas como fundamento simbólico a partir do qual o país reorganiza sua própria narrativa histórica.

Para os estudos retórico-discursivos, o caso analisado evidencia que acontecimentos fundadores não se realizam apenas por meio de decisões institucionais, mas também por operações de linguagem que redefinem as condições de inteligibilidade do político. A opção pela Problematologia como horizonte teórico da investigação permitiu reconstruir tanto o problema ao qual o discurso responde quanto os mecanismos pelos quais a resposta reorganiza progressivamente o campo do questionável. Nessa perspectiva, a eficácia discursiva do pronunciamento não decorre da demonstração exaustiva de sua tese, mas da capacidade de organizar uma resposta simbolicamente estável ao problema que a antecede. O caso examinado sugere, ainda, que os mecanismos de fechamento do problemático em discursos fundadores operam de forma articulada sobre temporalidade, espacialidade e identidade coletiva, permitindo especificar empiricamente modali-

dades de estabilização da resposta que permanecem apenas implicitamente formuladas na teoria problematológica.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2016). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.
- Campbell, K. K. e Jamieson, K. H. (1990). *Deeds Done in Words: Presidential Rhetoric and the Genres of Governance*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Charland, M. (1987). Constitutive Rhetoric: The Case of the Peuple Québécois. *Quarterly Journal of Speech*, v. 73, n. 2, p. 133-150.
- Dagatti, M. (2012). El estadista oculto: el ethos gubernamental en los discursos públicos presidenciales de Néstor Kirchner. *Rétor*, 2, 1, 55-93. <http://www.aaretorica.org/revista/index.php/retor/article/view/145/139>
- Gomes, A. L. de A. (2008). *Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960)*. Brasília, DF. (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História). https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_GOMES.pdf.
- Holston, J. (1989). *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kubitschek, J. (2000). *Por que construí Brasília*. Senado Federal, Conselho Editorial. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>
- Kubitschek, J. (2009). Discurso na inauguração de Brasília (Brasília, 21 abr. 1960). In: Kubitschek, Juscelino. *Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek*. Organização de Luíza Helena Nunes Pinto. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 51–53. https://funag.gov.br/loja/download/628-Discursos_jk.pdf
- Lessa, C. (2000). *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record.
- Maingueneau, Dominique. (2016). *Analyser des textes de communication*. Paris: Armand Colin.
- McGee, M. C. (1980). The “Ideograph”: A Link Between Rhetoric and Ideology. In: Farrell, Thomas B. (ed.). *Landmark Essays on Contemporary Rhetoric*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Meyer, M. (1995). *Of problematology: philosophy, science, and language*. Chicago: University of Chicago Press.
- Meyer, M. (2000). Prefácio. In: Aristóteles. *Retórica das paixões*. (pp. XVII-LI) São Paulo: Martins Fontes.
- Meyer, M. (2009). Comment repenser le rapport de la rhétorique et de l'argumentation? *Argumentation et Analyse du Discours*, 2, 1-5. https://www.researchgate.net/publication/30424281_Comment_repenser_le_rapport_de_la_rhetorique_et_de_l'argumentation
- Meyer, M. (2010). *La problématique*. Paris: Presses Universitaires de France.

Meyer, M. (2013). *Principia Rhetorica. Una teoría general de la argumentación*. Buenos Aires: Amorrortu.

Skidmore, T. E. (1982). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vieira, V. G. de C. (2005). “*E a história se fez cidade...*”. *A construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas, SP. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História). [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CEBALLOS.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/ trabalhos/OCR_CEBALLOS.pdf)